

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.001 - MS (2019/0176712-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ROZENILDO VIEIRA
ADVOGADOS : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288
ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429
AGRAVADO : BANCO BMG SA
ADVOGADOS : MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG063440
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MS024296

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 124):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA C/C
INDENIZAÇÃO – DESCONTO DO BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO – APLICAÇÃO DO PRAZO
PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS – CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR – TERMO INICIAL – ÚLTIMO DESCONTO
INDEVIDO – PRESCRIÇÃO OPERADA – SENTENÇA
MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.

1. No caso de responsabilidade por fato do serviço, incide o prazo prescricional quinquenal do art. 27 do CDC, cujo termo inicial é a data do último desconto indevido.
2. Se entre o desconto da última parcela e a propositura da demanda, decorreram mais de cinco anos, encontra-se operada a prescrição da pretensão autoral.
3. Sentença mantida. Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor; e do art. 189 do Código Civil; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que "prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria". Afirma que, no caso, "o(a) recorrente teve conhecimento do dano de forma inequívoca somente com a emissão do extrato perante o INSS. Deveria ainda ser considerado o fato de o(a) recorrente ser pessoa indígena, idosa e analfabeta". Conclui, portanto, que "deve ser considerado como início

Superior Tribunal de Justiça

do prazo prescricional o dia em que foi emitido o extrato perante o INSS, data em que nasceu a pretensão do(a) recorrente, eis que pode constatar as lesões sofridas e suas consequências" (e-STJ, fl. 133).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, observo que o Tribunal estadual, com base nos fatos e provas dos autos, manteve a prescrição decretada pelo Juízo de primeiro grau, explicitando a seguinte motivação (e-STJ, fls. 125-126):

Consoante se infere dos autos, pretende o autor a condenação do banco ao pagamento de indenização em virtude de conduta ilícita, consistente em deduzir de seu benefício previdenciário parcelas para pagamento de mútuo bancário que aduz não ter contratado.

Sendo a relação existente entre as partes de consumo, necessário se faz a aplicação dos ditames da lei consumerista, aplicando-se à hipótese versada nos autos a norma prevista no artigo 27, que dispõe prescrever em cinco anos a pretensão de reparação de danos causados por fato do serviço:

"Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação dos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria".

Assentada a aplicação da regra do artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, e por tratar-se de prestações sucessivas, bem como diante das condições pessoais da parte lesada, tem-se que o prazo prescricional de cinco anos da pretensão do apelante deve possuir como termo inicial de incidência a data da última parcela descontada indevidamente.

Considerando que a ação foi proposta em agosto de 2017 e que se encontra em discussão o contrato n. 218378070 encerrado em 03/2012 (f. 46), têm-se que o termo final para ajuizamento da ação já havia findado, visto que aplicável o prazo prescricional de cinco anos.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Evidente, portanto, que a pretensão da autora, ora apelante, se encontra prescrita. Inarredável, portanto, o reconhecimento da prejudicial no presente caso, tendo agido com acerto o magistrado sentenciante ao extinguir o processo, de modo a não merecer amparo a irresignação recursal.

Isso posto, nego provimento ao recurso.

Deixo de arbitrar honorários advocatícios nesta instância recursal, dada a inexistência de condenação em tal sentido na sentença.

No tocante à prescrição do pleito indenizatório, o acórdão estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo inicial do prazo prescricional, em caso de ação de repetição de indébito decorrente de descontos indevidos em benefício previdenciário, é a data da ocorrência da lesão, ou seja, a data do último pagamento indevido.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. ART. 27 DO CDC. TERMO INICIAL. ÚLTIMO DESCONTO. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA NA ORIGEM COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. REFORMA DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO ANTE A INCIDÊNCIA DOS ÓBICES SUMULARES.

[...]

2. O Tribunal a quo dirimiu a controvérsia em conformidade com a orientação firmada nesta Corte, no sentido de que, para a contagem do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do CDC, o termo inicial a ser observado é a data em que ocorreu a lesão ou pagamento, o que, no caso dos autos, se deu com o último desconto do mútuo da conta do benefício da parte autora. Incidência da Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, o relator, monocraticamente e

no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

3. Para modificar o termo inicial firmado no acórdão recorrido, para efeito de contagem do início de fluência da prescrição nos autos, seria imprescindível derruir a afirmação contida no decisum atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice contido na Súmula nº 7 do STJ.

4. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos, e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c do permissivo constitucional. Precedente: AgRg no Ag 1.276.510/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (Desembargador Convocado do TJ/BA), DJe 30/6/2010.

[...]

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1.358.910/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/4/2019, DJe 3/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRAZO PRESCRICIONAL.
TERMO INICIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o entendimento desta Corte, em se tratando de pretensão de repetição de indébito decorrente de descontos indevidos, por falta de contratação de empréstimo com a instituição financeira, ou seja, em decorrência de defeito do serviço bancário, aplica-se o prazo prescricional do art. 27 do CDC.

2. No tocante ao termo inicial do prazo prescricional, o Tribunal de origem entendeu sendo a data do último desconto realizado no benefício previdenciário da agravante, o que está em harmonia com o posicionamento do STJ sobre o tema: nas hipóteses de ação de repetição de indébito, "o termo inicial para o cômputo do prazo prescricional corresponde à data em que ocorreu a lesão, ou seja, a data do pagamento" (AgInt no AREsp n. 1056534/MS, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017). Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

3. Ademais, para alterar a conclusão do acórdão hostilizado acerca da ocorrência da prescrição seria imprescindível o reexame do acervo fático-probatório, vedado nesta instância, nos termos da Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.372.834/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/3/2019, DJe 29/3/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCONTO INDEVIDO. EMPRÉSTIMO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA LESÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O termo inicial do prazo prescricional da pretensão de repetir o indébito é a data em que ocorreu a lesão, que se deu, no caso, com cada desconto indevido. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.423.670/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019.)

Assim, visto que a orientação adotada no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, incide à espécie o enunciado da Súmula 83 do STJ.

No mais, a desconstituição das premissas fáticas firmadas pelo Tribunal de origem, a fim de reconhecer que a recorrente só teve conhecimento dos descontos indevidos após a emissão do extrato do INSS, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice erigido na Súmula 7 do STJ.

Exemplificativamente:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL RECONHECIDA. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. TERMO INICIAL. DATA DO ÚLTIMO DESCONTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, tal

Superior Tribunal de Justiça

como pretendido, demandaria o reexame da matéria fática, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. No caso dos autos, o Tribunal de origem consignou que o prazo prescricional tem como termo inicial a data da lesão, qual seja, o último desconto efetuado no seu benefício previdenciário (novembro de 2008).

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.395.941/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 28/5/2019.)

Por fim, impende registrar que os apelos interpostos com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7 do STJ, quando necessário o reexame de matéria fático-probatória.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Diante da inexistência de anterior fixação de honorários advocatícios, inviável a majoração prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora